

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Esther do Nascimento Silva

Qual é a história que a história não conta? A descolonização do currículo escolar através de documentos que norteiam a Educação Básica em Juiz de Fora.

Juiz de Fora

2024

Esther do Nascimento Silva

Qual é a história que a história não conta? A descolonização do currículo escolar através de documentos que norteiam a Educação Básica em Juiz de Fora.

Monografia submetida à Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, elaborada sob a orientação da Prof. Dra. Mylene Cristina Santiago.

Juiz de Fora
2024

Dedico este trabalho aos meus pais, que, sob o sol,
trabalharam dia após dia para que eu, na sombra,
pudesse guiar minha vida no caminho dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente por toda a luz que me envolve e me protege, assim como por toda a minha herança ancestral que me apoia e orienta. Sem a luta de vocês, eu não estaria aqui.

Há um provérbio africano que diz: “Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá acompanhado.” Se estou aqui hoje, certamente foi porque tive pessoas que me ajudaram a chegar até aqui.

Agradeço imensamente aos meus pais: minha mãe, Cibele, e meu pai, Jaime, por sempre estarem do meu lado e me apoiarem, lutando para que nada me faltasse. Essa conquista é, também, por vocês!

Aos meus irmãos Rebecca e Gabriel por sempre me incentivarem quando precisei.

Aos meus avós por sempre estarem comigo comemorando minhas conquistas.

À minha gatinha Catarina, que, em muitas madrugadas dedicadas ao trabalho, permaneceu ao meu lado até o momento de descansar.

Expresso minha profunda gratidão por ter sido aluna do Colégio de Aplicação João XXIII, onde iniciei minha jornada e pude compreender a educação como um elemento libertador, capaz de transformar vidas. Graças a essa experiência, tive o privilégio de contar com professores que, diariamente, me inspiraram a lutar por uma educação pública de qualidade.

Agradeço sinceramente a todos os professores que encontrei ao longo desta jornada. Como bem afirmou Cora Coralina: “Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.” Sou profundamente grata por todos os ensinamentos e conselhos recebidos.

A minha orientadora, Prof. Dr. Mylene Cristine Santiago, por sua paciência, sabedoria e empatia. Agradeço por cada palavra de conforto nos momentos de desassossego e principalmente pelas orientações e ensinamentos que me permitiram aprender cada dia mais.

A todos os amigos que conheci antes e durante esse processo, obrigada por todo incentivo e apoio ao longo dessa trajetória, meu sincero agradecimento por contribuírem para a realização deste sonho.

RESUMO

Quando falamos em descolonização do currículo, o que isso significa? O que queremos dizer, afinal? É fundamentando neste questionamento que o presente projeto busca analisar os perigos que perpetuam os currículos escolares através de uma história única contada nas salas de aula, mostrando a necessidade da descolonização do currículo escolar, das práticas educativas e pedagógicas, buscando se transformar para uma educação antirracista que dialogue com diversidade étnico racial e a realidade das culturas brasileiras. Este trabalho foi realizado através de pesquisa documentos que estabelecem as diretrizes do trabalho escolar e direcionam as práticas pedagógicas a serem realizadas, e também utilizando as características de abordagem da pesquisa participante. O estudo de campo foi realizado com docentes das turmas de 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal José Calil Ahouagi, situada no bairro Marilândia do município de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Podemos ressaltar que o resultado deste trabalho indica que as práticas educacionais são fundamentais na construção do conhecimento e do caráter do indivíduo político, social e cultural, e que através dos aprendizados e das experiências pedagógicas dos discentes, o processo de descolonização se desenvolve, oportunizando novas reflexões ao coletivo e transformando as ações com a diversidade étnico-cultural. É preciso que os educadores realizem em suas práticas de ensino o conhecimento de outras culturas, valorizando os diversos grupos étnicos que compõem nossa sociedade, para que desta forma, essas práticas possam servir como um meio de se construir uma sociedade pluriétnica que valorize as distinções e fortaleça o exercício de cidadania, democracia e respeito.

Palavras-chave: descolonização; currículo; educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. A HISTÓRIA DO NEGRO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	4
2. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: AVANÇOS OU RETROCESSOS?.....	7
3. COMPROMISSO COM RELAÇÕES RACIAIS E RESGATE DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA ATRAVÉS DA PEDAGOGIA DE CORTEJOS	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
REFERÊNCIAS	14

INTRODUÇÃO

BRASIL, MEU NEGO DEIXA EU TE CONTAR
 A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA
 O AVESDO DO MESMO LUGAR
 NA LUTA É QUE A GENTE
 SE ENCONTRA
 (G.R.E.S ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA, 2019)

Em seu livro “O perigo da história única”, Chimamanda Ngozi Adichie retrata suas vivências ao decorrer da vida, pois sendo uma mulher negra nigeriana morando nos Estados Unidos, ela constantemente é estereotipada. Com base nessa vivência, ela nos traz uma reflexão sobre como esses estereótipos estão interligados a forma como a história é contada pois “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, p.15) e o problema dessa história única, de acordo com a escritora é “insistir só nas histórias negativas é simplificar a experiência e não olhar para as muitas outras histórias que formam o sujeito” (ADICHIE, 2019, p.15).

A história do Brasil é marcada por muitos conflitos de invasão, opressão e disputas de poder, onde populações pertencentes aos povos indígenas e africanos foram imensamente dizimadas. Em consequência de nosso passado marcado por muita luta dos povos originários e africanos que foram trazidos, vivemos em um país onde o homem, branco, heterossexual, cristão é quem está à frente para tomar as decisões que afetam toda a sociedade, assim temos uma educação baseada nos princípios da branquitude, com embasamento teórico europeu, cristão, machista, LGBTfóbico e individualista.

autores homens, brancos, de cinco países do mundo formam os cânones da ciência desenvolvida em qualquer universidade do mundo. Isso revela um racismo e um sexismo epistemológicos iniciados com a modernidade e o colonialismo. Dessa forma, para descolonizar o pensamento, é necessário dialogar com uma diversidade epistêmica, buscando enriquecer a maneira de ver o mundo (CAFÉ, 2020, p.2)

Apesar de não estarmos mais no período colonial, vivemos marcados por cicatrizes desta época. Hoje em dia existem pesquisadores que estudam acerca de como estas ações operam na coletividade e a chamam de colonialidade. A colonialidade pode ser observada através das relações de hierarquização presentes em nossa sociedade, onde quem possui o poder impõe seus conhecimentos e cultura como o “original”, marginalizando povos historicamente

oprimidos, em uma visão eurocêntrica, focada na perspectiva hegemônica no processo de produção do conhecimento.

A escola é a segunda instituição de interação das crianças, e é o ambiente em que elas irão ter a oportunidade de construção do conhecimento e trocas de experiências com outros indivíduos diferentes. Os ensinamentos que perpassam pelo ambiente escolar, influenciam na construção dos sujeitos que vivem em nossa sociedade.

O currículo escolar é um documento fundamental para entender como realizar a organização escolar, o projeto político pedagógico e as relações que serão atribuídas ao conhecimento, por meio dele, são analisadas as práticas pedagógicas que serão realizadas na escola. Porém, historicamente os currículos escolares das escolas brasileiras, são marcados por histórias narradas de uma perspectiva, uma história única na visão de quem sempre esteve no poder.

Por isto, o exercício de se pensar em revisar o currículo, não significa anular todo o conhecimento que ele já possui, mas abrir caminhos para possibilitar que outros conhecimentos estejam inseridos, considerando uma visão ampla para as múltiplas culturas existentes. Segundo Jesus de Santana, De Santana e Moreira (2013, p.12)

A força das culturas consideradas negadas e silenciadas nos currículos tende a aumentar cada vez mais nos últimos anos. Os currículos passam a ser um dos territórios em disputa, sobretudo desses novos sujeitos sociais, sendo principalmente os movimentos sociais, organizados em ações conjuntas que buscam interrogar a escola e problematizar narrativas contidas em seu currículo.

O debate acerca da descolonização do currículo escolar é algo que vem sendo discutido com questões e indagações relacionadas aos problemas sociais em resultado da luta dos povos que foram historicamente marginalizados, para mostrar que existe uma produção de conhecimento além daquela que fomos apresentados durante todo o período escolar (eurocentrismo), uma produção que foi marcada pela inferiorização e pelo apagamento

Homogeneizar o ensino sempre foi o objetivo da escola única, com viés de massificação, imaginando que a diferença que nossos alunos trazem para a sala de aula não faz diferença; são, portanto, epifenomenais. Em realidade, a invenção da escola única, como um ato de solidariedade social, não soube articular seus ideários com o desenvolvimento de dispositivos pedagógicos que acolhessem e trabalhassem com a diferença (MACEDO, 2009, p. 121).

Não é possível lutar por uma mudança nos modelos educacionais, se o currículo permanece o mesmo com o passar dos anos, diante de todas as mudanças sociais. A descolonização do currículo não é algo simples de se fazer, não é uma tarefa que pode ser

realizada de forma excluída, é preciso uma movimentação onde os docentes reflitam seus objetivos ao realizar educação, onde o grupo escolar procure estudar pesquisadores do assunto e ouvir integrantes de movimentos sociais (principalmente do movimento negro e indígena) para que possam refletir e incluam questões étnico-raciais no projeto político pedagógico da escola de forma adequada, contribuindo assim para a construção de uma sociedade democrática, que promova a igualdade de para os diferentes segmentos étnico-raciais e sociais de forma justa.

O presente trabalho se trata de uma pesquisa qualitativa como método de análise documental, a partir de documentos que norteiam a educação básica. Levando em consideração que, esta abordagem interpreta o homem como sujeito principal de pesquisa a ser observado, mostrando resultados a partir de sua interação com outros indivíduos dentro da sociedade, sendo assim, “é necessário compreender as interpretações que os atores sociais possuem do mundo, pois são estes que motivam o comportamento que cria o próprio mundo social” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2008, p. 32-33).

A pesquisa será desenvolvida em momentos distintos para a análise, porém interligados enquanto materiais de estudo de uma mesma realidade. No primeiro momento, será feita uma análise de documentos específicos que estabelecem as diretrizes do trabalho escolar e direcionam as práticas pedagógicas a serem realizadas. Os documentos analisados serão:

Base Nacional Comum Curricular;

Referencial Curricular Rede Municipal de Juiz de Fora;

Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola municipal José Calil Ahouagi.

Vamos buscar compreender o olhar dos educandos a respeito de como é visto tanto por eles, quanto para as crianças a representação da figura do negro nos livros, a importância de trabalhar a valorização da história e cultura afro-brasileira para contribuir para a construção da identidade das crianças e promover o respeito com as diversificadas etnias.

1. A HISTÓRIA DO NEGRO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Sabemos que os processos educativos sempre deixaram à deriva uma grande parte da sociedade brasileira, evidenciando ainda mais essa desigualdade presente, onde os descendentes dos povos africanos e indígenas foram abandonados à margem, sem o direito a lazer, moradia, saúde e educação. No Brasil escravocrata, era negado aos negros a prática da educação formal e a presença desses povos no ambiente da escola não era nem considerado, pois era visto como uma ameaça à estabilidade social da época. A escravização, mesmo quando teve sua abolição com a assinatura da lei áurea em 1888, deixou consequências de desigualdade e exclusão imensas.

Com o passar dos anos, os movimentos sociais negros foram ganhando maior visibilidade, visando destacar a representação do povo negro de maneira positiva na sociedade. Uma das figuras importantes para este destaque foi a de Abdias Nascimento, que como ativista, intelectual, escritor, poeta e professor

lutou pela segunda e verdadeira abolição de todas as formas que pôde”, pois de acordo com o autor, “os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas, e os valores do país (ABDIAS, 2016, p 54).

No âmbito educacional, os estudos sobre a educação e as relações étnico raciais, visavam analisar, e discutir sobre a maneira como a população negra foi excluída do sistema formal de ensino e como isso afetava socialmente a vida dessas pessoas.

Na história da educação no Brasil, sempre foi evidente o lento processo na melhoria do currículo por meio dos documentos, e excepcionalmente no que se refere à educação da população negra, quase não houve mudanças, e quando se tratava desses povos no currículo escolar, era ressaltado apenas no contexto de escravização, como se esses povos historicamente marginalizados não fossem capacitados para pensar, filosofar, produzir ciências, enfim, expressar conhecimentos.

Emicida logo no prefácio de “A deseducação do negro” fala acerca disso, levantando a questão “qual é o tamanho do terrorismo feito, para que até mesmo crianças, desde muito cedo, se desesperem no momento em que precisam falar sobre essas questões publicamente? ” (Emicida, 2021 p. 9), pois quando se traz a história de luta e resistência de povos afro-brasileiros, sempre é trabalhado em torno da escravização, colocando em evidência o fator de se esperar que alunos negros tenham dominância sobre o assunto, causando um constrangimento.

Quando falamos em descolonização do currículo para uma pedagogia que seja multicultural, é importante levarmos em consideração que

O currículo deve abarcar um sistema de valores éticos, hierarquicamente organizados de acordo com o meio social, que tem como fonte e medida a dignidade do ser humano, aqui definida pela concretização do valor supremo da justiça, afim de que tenha um caráter norteador para o educador e emancipador para o educando (Silva, 2010, p.34)

Sendo assim, descolonizar o currículo significa romper com esse raciocínio de hierarquização que cria relações de ordem desproporcional entre brancos e negros, homens e mulheres, opressores e oprimidos. Bell Hooks explica que

Quando nós, como educadores, deixamos que a nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, podemos dar aos alunos a educação que eles desejam e merecem. Podemos ensinar de um jeito que transforma a consciência, criando um clima de livre expressão que é a essência de uma educação em artes liberais verdadeiramente libertadoras (Hooks, 2017, p.63)

Mas para promover essa mudança na estrutura, é proposto uma transformação no modelo social que aspira em uma sociedade horizontal, partindo de um provérbio africano, “é preciso uma aldeia para se educar uma criança”, pois nenhum indivíduo se desenvolve apenas com os ensinamentos, crenças e valores de sua família, uma criança está a todo momento praticando o exercício de observação e aprendizagem com os sujeitos em sua volta. Sendo assim, precisamos refletir sobre como a história e a cultura afro-brasileira e africana implica também na modificação do olhar sobre a identidade negra, como as crianças constroem essa visão e como ela se constitui na concepção social.

No decorrer de toda formação escolar, há um padrão que “conduz” todo o conhecimento acadêmico a partir de uma visão eurocêntrica que acaba reforçando estereótipos e marginalizando outras culturas, tendo como exemplo, todo o apagamento da história das populações negras e indígenas, neste sentido, devemos nos questionar acerca do currículo e a consequência disto, que é a educação escolar no sentido político pedagógico da educação étnico racial, acerca disso entendemos que

O currículo, como espaço de significação, está estreitamente vinculado ao processo de formação de identidades sociais. [...] o currículo também produz e organiza identidades culturais, de gênero, identidades raciais, sexuais. Dessa perspectiva, o currículo não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conhecimento. O currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz (SILVA, 2010, p. 27).

Por isso, a importância de se trabalhar múltiplas culturas, principalmente em um país marcado pelo pluralismo cultural, o autor também nos mostra que “a fabricação do currículo não é nunca apenas o resultado de propósitos “puros” de conhecimento [...]. O currículo não é constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente

válidos” Silva (2010, p. 8), então a partir disso, precisamos nos questionar sobre quais conhecimentos estamos considerando válidos.

Para solucionar estas dificuldades, precisamos primeiramente de um comprometimento do Estado brasileiro com as políticas públicas que dizem a respeito ao reconhecimento e a valorização das culturas indígenas e afro-brasileiras no campo da educação, com leis e práticas que mostrem o papel fundamental destes sujeitos na construção das áreas de conhecimento da Matemática, Ciências, Filosofia, Artes, entre outras. Faz-se urgente a necessidade das instituições, e seus respectivos coordenadores, gestores, professores e demais profissionais implementarem a Lei 10.639/03 nos processos pedagógicos.

Apesar de grandes avanços, citando a Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (Brasil, 2003), que é de grande marco histórico, é preciso se atentar a forma como esta história é aplicada aos alunos, remetendo sempre a história dos negros à escravidão, os colocando em posições subalternas, estereotipadas e racistas, diante disso

É importante salientar que enquanto a educação escolar continuar considerando a questão racial no Brasil algo específico dos negros, negando-se a considerá-la uma questão colocada para toda a sociedade brasileira, continuaremos dando espaço para práticas equivocadas e preconceituosas (JESUS DE SANTANA, DE SANTANA, MOREIRA, 2013, p.12)

Só assim, as práticas de racismo, discriminação, reprodução de estereótipos negativos vão se desnaturalizando, através da desconstrução deste currículo monocultural. Todavia um longo e desafiador processo precisa ser iniciado para revisar os currículos dos cursos de literatura com o processo de descolonização, para que os alunos destes possam perceber as múltiplas maneiras de aprendizagem, possibilitando que outros conhecimentos estejam no currículo escolar no momento em que eles forem aplicar suas práticas docentes. Faz-se necessário com urgência, a formação continuada dos docentes, procurando novos métodos de saber, de forma que os professores possam ampliar seus conhecimentos gerando impactos positivos em suas práticas pedagógicas.

2. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: AVANÇOS OU RETROCESSOS?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, BRASIL, ano) é um documento base que serve de auxílio para que as escolas tenham uma referência no momento de criar seus currículos. É um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser trabalhadas na educação básica.

Para sua criação, historicamente temos que ressaltar alguns documentos e arquivos que serviram de fundamento para sua formação. A Constituição Federal de 1988 é um marco, pois por meio do Art. 210, expressa que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Posteriormente, a Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que regulamenta a educação brasileira com base nos princípios da Constituição, expressa em seu Art. 26 que “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (BRASIL, 1996).

Mais adiante, temos o Plano Nacional de Educação, sendo um método de planejamento do Governo Federal, instituído pela lei 13.005/2014 para ressaltar mais uma vez, a necessidade de vencermos as desigualdades educacionais no país, sendo enumeradas como Metas, sendo algumas: universalizar a educação, promover a qualidade do ensino na educação básica em todas as etapas e modalidades, elevar a taxa de alfabetização e oportunizar melhorias e maior valorização dos profissionais da educação, além de melhorarmos o ensino por meio de uma Base Nacional Comum Curricular. Neste mesmo ano, em 2014, há um movimento no âmbito educacional com debates e conferências para discutir sobre o modelo de ensino ofertado, em busca de metodologias mais qualificadas visando a melhoria da qualidade de ensino, discutindo a BNCC.

Desta forma, sua primeira versão foi redigida em 2014, sendo homologada em 2017 pelo Conselho Nacional de Educação, para sua implementação nas instituições de ensino no Brasil. Para além dos aspectos pedagógicos, ela menciona que “a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades” (Brasil, 2018, p. 14)”. Trazendo um compromisso com a “igualdade, diversidade e equidade, ela busca promover uma

igualdade social, de modo que todo o país desenvolva as aprendizagens essenciais por meio dos currículos, uma valorização da diversidade propiciando uma autonomia dos sistemas de ensino para inserir uma diversidade cultural, valorizando os conhecimentos regionais e locais por meio dos currículos das escolas, e por fim, uma equidade de modo que devemos olhar as necessidades individuais dos sujeitos para compreender o que é fundamental para que os educandos em suas singularidades precisam para alcançar as competências estabelecidas pela BNCC.

Entretanto, há discussões sobre sua eficiência e aplicabilidade no cotidiano das escolas, pois pesquisadores acreditam que a BNCC foi uma política implementada de forma verticalizada para atender as demandas do capitalismo e do grupo hegemônico (SILVA, 2020). Desta forma, os agentes responsáveis envolvidos na articulação da atualização do documento nunca estiveram presentes no funcionamento diário da escola, podemos identificar empresas como: Fundação Bradesco, Instituto Natura, Fundação Roberto Marinho, entre outras, além de Organizações internacionais, resultando em uma falta de discernimento sobre os problemas e desafios enfrentados no dia a dia nas instituições públicas de ensino. Sendo assim, estas propostas de reformas na educação se afastam da realidade, já que estão voltadas ao interesse de grandes corporações, ignorando completamente aqueles que têm a experiência e vivência na educação básica e possui conhecimento sobre as necessidades e urgências que a abrangem.

De acordo com a BNCC, o documento “está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2018, p. 7). Entretanto, conforme analisamos o documento e sua estrutura, é possível analisar uma valorização de conhecimentos técnicos, os considerando essenciais para a formação dos sujeitos, enquanto é sugerido que “a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (BRASIL, 2018, p. 19). Posteriormente, são destacados alguns temas como: o direito da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009) e ainda ressaltando, a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/20081).

Desta forma, podemos compreender como o documento expressa uma falta de comprometimento em desenvolver uma educação antirracista nas escolas, a partir do momento em que ele determina que seja um compromisso dos Estados e Municípios de incluir esses temas nos currículos de Educação Básica.

Por se tratar de um documento organizado em prol do interesse da classe burguesa, seus interesses são predominantemente voltados para a construção de um currículo escolar que

reforce uma educação mais tecnicista focada em preparar os educandos para o mercado de trabalho. Desta forma, temas como a educação ambiental, educação política, educação racial e gênero são invisibilizadas em oposição do interesse de outros saberes educacionais.

Com a lei 10.639/2003 a inclusão do tema da Educação das relações étnico-raciais se tornou indispensável nos currículos escolares, mas, apesar da homologação da BNCC em 2018, ao pesquisarmos o termo “Educação das Relações Étnico-Raciais”, vemos que só se manifesta ao indicar leis que discutem sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica.

Analisando a BNCC, vemos que na Educação Infantil, é proposto trabalhar o respeito ao outro, como é tratado no campo “O eu, o outro e o nós”, onde os objetivos EI02EO05, EI03EO05 e EI03EO06 evidenciam respectivamente os objetivos de “perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças”, “demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive” e “manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida”. Já no Ensino Fundamental é presente nos componentes curriculares de história e ensino religioso, onde podemos ver o uso da palavra “afro-brasileira” nos objetivos para trabalhar a valorização de diferentes culturas.

Com fundamentos nos estudos apresentados, percebemos que a Base Nacional Comum Curricular inclui a Educação para as Relações Étnico-raciais apenas por obrigação legal. Podemos perceber que tanto na construção do documento quanto nas orientações a respeito de como trabalhar as temáticas contemporâneas transversais, a educação antirracista não é colocada em evidência, mantendo apenas os conteúdos acerca da cultura afro-brasileira seguindo os objetivos que devem ser trabalhados em suas devidas áreas de conhecimento. Podemos destacar também, no que se refere a sua criação e implementação, onde o documento demonstra o interesse das classes dominantes, resultando em um desinteresse acerca de temas que envolvam movimentos sociais.

3. COMPROMISSO COM RELAÇÕES RACIAIS E RESGATE DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA ATRAVÉS DA PEDAGOGIA DE CORTEJOS

Os professores desempenham um papel indispensável no desenvolvimento cognitivo e intelectual das pessoas. Como professores, principalmente para as crianças, é fundamental oferecer um ambiente escolar seguro e acolhedor para os alunos, proporcionando diálogo, interações sociais, e a orientação necessária para a construção da identidade das crianças.

Para Bell Hooks é necessário que os professores aprendam

a respeitar não só o modo como os alunos se sentem a respeito das próprias experiências, mas também a necessidade deles de falar delas na sala de aula: não se pode negar que essas experiências são importantes para o processo de aprendizado.... Cada aluno tem suas lembranças, sua família, sua religião, seus sentimentos, sua língua e sua cultura que lhe dão, uma voz característica. Podemos encarar essa experiência criticamente e ir além dela. (Hooks, 2017, p.119)

A luta por uma educação libertadora, emancipatória e de equidade passa por cada professor que se reconhece como um agente transformador em seu trabalho. Junto a isso, está a busca por uma educação que integre a história e cultura afro-brasileira no cotidiano escolar e se baseie nos fundamentos da lei 10.639/2003. Diante disso, é essencial realizar uma análise do percurso desta lei para entender como os professores a compreendem, conhecem e percebem sua importância no dia a dia.

O Referencial Curricular da rede municipal de Juiz de Fora foi desenvolvido a partir de reflexões aprofundadas sobre o currículo, levando em conta as instituições de ensino, a escola, as relações humanas e o conhecimento. Nesse contexto, professores, coordenadores e diretores, em colaboração com os profissionais da Secretaria de Educação, compartilharam suas experiências e conhecimentos adquiridos nos ambientes escolares. Essa troca de saberes resultou na construção de um referencial curricular próprio para a rede municipal de Juiz de Fora, alinhado às especificidades estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Uma das estratégias para a inserção do debate acerca das questões sociais no ambiente escolar se faz através do Projeto Político Pedagógico (PPP). Sua construção envolve a participação de toda a comunidade escolar, para que suas estratégias e métodos de ensino sejam realizados de acordo com as necessidades específicas de seus alunos e do contexto social e cultural em que eles estão inseridos.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo

projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 2002, p. 13)

Este documento reconhece que a escola não é um ambiente isolado da sociedade, mas sim um espaço onde se refletem e se confrontam diversas questões sociais e políticas, pois “político e pedagógico têm assim uma significação indissociável” (Veiga, 2002, p. 13). Desta forma, podemos considerar o projeto político-pedagógico como um processo contínuo dos processos educacionais, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz, onde podemos encontrar alternativas viáveis para a realização de seus objetivos.

Sendo assim, realizamos uma análise do Projeto Político Pedagógico da Escola municipal José Calil Ahouagi, localizada no município de Juiz de Fora- MG, com o objeto de compreender de que forma ocorre a efetivação das determinações da Lei 10.639/03 em uma escola pública, especificamente, nas turmas de educação infantil e ensino fundamental I. Numa concepção de uma construção positiva das identidades, as reflexões sobre a cultura popular e as questões étnico-raciais se fortaleceram e tornaram o foco principal da estrutura pedagógica da escola, trazendo destaque às experiências de vida no âmbito cultural e social da comunidade em que a escola está inserida juntamente com os saberes escolares.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico da Escola municipal José Calil Ahouagi (2021, p. 34), "Se a construção do olhar das crianças e jovens sobre si mesmos anunciava aspectos negativos em relação a uma ascendência africana e indígena, como a escola poderia prosseguir frente ao seu compromisso de formar e educar, desconsiderando tais processos? Qual é a escola que queremos? ”.

Dessa forma, a escola vem trabalhando através da pedagogia de cortejos, sendo eles: “Bumba Boi – a ascensão do Boi Estrela”; “O Cortejo de inverno e a Menina da Lanterna”; “O Cortejo dos Reis e Rainhas do Congo”; e “Auto de Natal: renovação, luz e esperança, celebração da infância como potência capaz de instaurar outras lógicas de mundo”.

O cortejo do Bumba Boi, realizado em junho, celebra o espírito coletivo e comunitário das festas de colheita, com danças ao redor da fogueira, quadrilhas e danças típicas. Além disso, inclui a brincadeira do Bumba meu Boi, encenada por crianças e educadores, inspirada nos bois do Maranhão. O folguedo conta a história do Boi Estrela, envolvendo personagens cômicos em uma narrativa divertida, com tambores, canções e ritmos que desafiam a ordem dominante. Esta tradição tem sido encenada na escola desde 2005.

O Cortejo de inverno e a Menina da Lanterna celebra o solstício de inverno, proporcionando às crianças uma experiência estética e sensível com os ritmos da natureza. A narrativa envolve uma menina que, em uma noite escura e fria, busca o sol, remetendo às tradições ancestrais que reverenciavam o sol no inverno, pedindo seu retorno para trazer luz e calor à Terra. Após a encenação, as crianças acendem suas lanternas e participam de um cortejo musical até uma ciranda ao redor de uma fogueira. No currículo, essa prática pedagógica incentiva a reflexão sobre os ciclos da natureza e suas características, conectando-se a memórias comunitárias e arquétipos culturais.

Para o cortejo dos reis e rainhas do congo, o preparatório começa antes do mês de novembro, tendo o seu auge na festa do Cortejo de Reis. Em agosto, o tema é introduzido através do ensino de História. As crianças vão se preparando para escreverem as cartas de intenção de reinado e, por meio das mesmas, é feita a eleição de reis negros, menino e menina do quinto ano. Assim, desfilam pelo pátio da escola, trazendo o orgulho de pertencerem a essas histórias e de carregarem essa ancestralidade. Os reis coroados são protegidos por uma guarda real (um lugar bastante disputado pelas crianças), e assim como nas Congadas de Minas, na escola também é feita a guarda real.

O último cortejo anual é inspirado nas tradições natalinas brasileiras. Por meio dele, as crianças, adolescentes e famílias vivenciam um Natal para celebrar o nascimento da “criança divina”. Por meio de uma abordagem sensível, se busca honrar a chegada das crianças ao mundo, enaltecendo a infância, como o princípio para um mundo mais bondoso e justo.

Por meio do trabalho desenvolvido na escola, observamos como as práticas pedagógicas amparadas pela Lei Nº 10.639 possibilitam a abordagem de diversas manifestações e tradições culturais brasileiras. Em conjunto com o ensino formal, essas práticas asseguram que as crianças, enquanto seres sociais, participem ativamente da construção de seu conhecimento. Trata-se de uma educação repleta de sentidos e significados profundos, onde a diversidade cultural é discutida e valorizada no currículo. Desse modo, as crianças, especialmente as negras, são incentivadas a conhecer, valorizar e sentir orgulho de sua cor, cultura e tradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos analisar que, com a implementação da Lei 10.639/2003, uma das principais políticas públicas brasileiras para a educação étnico-racial, os currículos escolares começaram a discutir a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Observamos que, embora haja dificuldades nos planejamentos dos professores, onde as abordagens determinadas pela lei frequentemente aparecem de forma ausente ou superficial, limitando a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana a componentes curriculares de História, Literatura e Arte, há uma crescente adoção de práticas pedagógicas integradas e interdisciplinares. Essas práticas visam ultrapassar as fronteiras tradicionais entre as disciplinas. A disciplina de História se destaca como um elemento crucial para facilitar o trabalho interdisciplinar nas instituições de ensino, mas é essencial que o trabalho se expanda além disso, incorporando uma abordagem multidisciplinar.

Após a promulgação da Lei 10.639 e a criação de órgãos que promovem a igualdade racial e iniciativas relacionadas, ainda há um vasto caminho a ser trilhado até que se supere a frágil ideia de democracia racial, que permanece no Brasil até os dias atuais.

Em nossa visão, apenas em um ambiente escolar onde o professor se comprometa de maneira firme, lutando e buscando a valorização de novos conhecimentos, a cultura negra poderá se destacar sob a visão hegemônica do eurocentrismo. É notório como é importante e necessário resgatar a história do movimento negro, suas reivindicações e como elas ainda ocorrem nos dias atuais.

Torna-se essencial um esforço amplo em prol de todos, combatendo as formas reais e simbólicas de discriminação por meio da educação, pois através de uma representação e prática positivas, esperamos que ela vá além de ser um marco normativo sem aplicação concreta, promovendo, em vez disso, uma educação verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019
- CAFÉ, Lucas Santos. **Racismo, colonialidade e descolonização do currículo formal: duas experiências no chão da escola e a fuga de uma história única**. Cadernos do Aplicação, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 1-13, dez. 2020
- MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: Campo, conceito, pesquisa**. 3 ed Petrópolis, RJ. Vozes. 2009.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. **Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões**. In: _____. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008.
- OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características**. Travessias, UNOESTE, Vol. 2, No. 3, 2008.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo: teoria e história**. Apresentação. In: GOODSON, Ivo F. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- JESUS DE SANTANA, J. V.; DE SANTANA, M.; MOREIRA, M. A. **Cultura, currículo e diversidade étnico-racial: algumas proposições**. Práxis Educacional, [S. l.], v. 9, n. 15, p. 103-125, 2013.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 283 p.
- WOODSON, Carter G. **A deseducação do negro**. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2021. 126 p.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. 232 p.
- ARAÚJO, Leonor Franco. **A lei 10.639/2003 e sua maior idade. Há o que comemorar?** Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, p. 279-294, 12 maio de 2021.
- OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. **Descolonizando os currículos e educando as relações étnico raciais: pesquisas e práticas educativas de raízes africanas**. Revista da ABPN, [S. l.], v. 13, n. 37, p. 18-41, ago. 2021.
- PEREIRA, M. M.; SILVA, M. P. da. **Percurso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos**. Linguagens & Cidadania, [S. l.], v. 14, n. 1, 2016. DOI: 10.5902/1516849223810. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/23810>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- SILVA, Iraneide Soares da. **As inquietações no currículo educacional a partir da lei 10639/2003. Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**, [S. l.], p. 33-51, 2010.

SILVA, A. L. da, & Silva, C. da. (2021). A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Étnico-Racial na promoção de uma educação antirracista. *REVISTA ELETRÔNICA ESQUISEDUCA*, 13(30), 553–570.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: Brasília, DF*, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político- pedagógico da escola: uma construção possível. 14ª ed. Editora Papirus, 2002.

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ CALIL AHOUGI. Projeto Político Pedagógico. Juiz de Fora: Escola Municipal José Calil Ahouagi, 2021.

DO NASCIMENTO, Sabrina Munck. Cartas de reis coroados: relato de experiência de práticas criancieiras de uma escola municipal. **Revista Cadernos para o Professor**, Juiz de Fora, p. 75-84, 2022.